

TCU denuncia. Sarney

As irregularidades apontadas pelo tribunal em contratações nos ministérios ficaram

prefere o silêncio.

sem resposta de Sarney, que transferiu o problema aos ministros.

O presidente José Sarney está decidido a não se envolver em discussões com o Tribunal de Contas da União, que acusou a contratação irregular de aproximadamente 10 mil funcionários por 10 ministérios e mais organismos vinculados ao Ministério da Fazenda. Segundo a Secretaria de Imprensa da Presidência, caberá aos ministérios oferecerem ao TCU as explicações reclamadas.

O Planalto nem sequer tem conhecimento oficial do relatório em que o TCU aponta irregularidades na contratação de servidores, conforme argumentou ontem à noite um importante assessor do presidente, para explicar o silêncio de Sarney sobre as denúncias. A única reação do presidente foi adotada na quinta-feira e publicada na edição de ontem do **Diário Oficial**: um decreto que garante novas contratações em caráter excepcional.

Ao transferir aos ministérios a responsabilidade de contestar as acusações do TCU, Sarney permite que tenha curso a controvérsia estabelecida entre o tribunal e o Ministério da Fazenda: o tribunal considera irregulares as contratações e o ministério alega que são legais, porque autorizadas em caráter excepcional pelo próprio Sarney.

Pela decisão que o TCU tomou na noite de quarta-feira, o governo tem 30 dias para explicar as contratações. Ontem, o Ministério da Educação, que contratou 529 pessoas, distribuiu nota informando que aguarda apenas o conhecimento oficial das decisões do TCU para responder. Um dia antes o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, determinara ao Serpo o levantamento de todas as contratações e o exame, caso a caso, para instruir sua defesa.

Além da Fazenda e da Educação, constam do relatório do TCU os ministérios da Previdência, Cultura, Minas e Energia, Indústria e do Comércio, Aeronáutica, Interior, Agricultura e dos Transportes. Todos eles, segundo

o tribunal, contrataram funcionários irregularmente. Mas foi na Fazenda que ocorreu o maior volume de contratações: quase 9.200 pessoas.

O ministro Mailson da Nóbrega foi quem assinou a exposição de motivos do decreto, acolhido pelo presidente Sarney, segundo alega o Ministério da Fazenda, para realizar as contratações que seriam indispensáveis e que teriam garantido o processamento das declarações do Imposto de Renda.

"Caráter excepcional"

A denúncia do TCU sobre as 10.584 contratações irregulares realizadas por dez ministérios já provocou uma reação formal do Palácio do Planalto. Em decreto publicado ontem no **Diário Oficial da União**, o presidente Sarney determina que enquanto for vedada a admissão de pessoal, "o presidente da República, em caráter excepcional, poderá autorizar a prestação de serviços extraordinários na administração federal direta, autárquica e funcional", depois da manifestação do titular da Seplan.

O Decreto nº 98.021 ressalta que essa autorização poderá ocorrer, desde que os serviços sejam de necessidade inadiável para atender à produção de fármacos e imunobiológicos à pesquisa biomédica, a atividades hospitalares, à manutenção dos respectivos equipamentos, ao transporte de pacientes e medicamentos. Além da produção de radioisótopos e radiofármacos de aplicação na medicina e a outras atividades nucleares.

Além desses casos, o Decreto nº 95.682/88, no artigo 14, também dá uma brecha ao presidente para que autorize a admissão de pessoal. Este decreto é o que limita os gastos da administração pública federal, através da proibição de contratação de pessoal. E foi essa determinação que motivou o TCU a fazer um levantamento nos órgãos do governo para verificar o cumprimento do decreto.